

DESAFIOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO SEXUAL NO ESPAÇO ESCOLAR: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Antonia Gleiciane Araujo Silva ¹

Joenir Aparecido Flor Moreira ²

Alex de Oliveira Silva ³

RESUMO

A sexualidade é algo essencial na vida do ser humano e atua diretamente na construção da identidade pessoal e social do indivíduo. Apesar disso, a temática está repleta de tabus, provenientes de um contexto histórico religioso e machista. Nesse sentido, a educação sexual é vista apenas como um estímulo à prática sexual precoce e à libertinagem. Com isso, o que se visualiza hoje é o negacionismo aos direitos à liberdade de expressão e à sexualidade. Dessa forma, faz-se necessária a implementação da educação sexual no espaço escolar, sendo este o lugar onde crianças e adolescentes passam grande parte da vida. Assim, este estudo teve como objetivo central identificar e analisar os principais desafios enfrentados pelos docentes ao tratar da educação sexual em sala de aula, bem como investigar e refletir sobre a importância da abordagem à diversidade de valores, crenças e comportamentos relativos à sexualidade, para compreender as contribuições e limites da ação pedagógica da escola no trato de questões da temática. O trabalho foi composto de uma revisão de literatura de publicações feita após a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), de 2018 a 2024, usando as plataformas Google Acadêmico e *SciELO*. Entre os principais resultados, constatou-se a presença de uma série de problemas enfrentados pela comunidade escolar, como preconceito, discriminação, entre outros, que impossibilitam a efetivação da temática de forma adequada e transversal. Diante disso, nota-se a necessidade da implementação de programas educativos que abordem o tema de forma planejada e sistematizada, proporcionando uma formação inicial e continuada aos profissionais da educação, além do apoio e da participação da comunidade escolar e da sociedade.

Palavras-chave: Educação sexual, Espaço escolar, Ação pedagógica, Transversalidade.

INTRODUÇÃO

A sexualidade é um ponto fundamental da vida humana, que age diretamente na construção da identidade pessoal e social de cada indivíduo, devendo ser observada e compreendida pelos seus diferentes aspectos, sejam eles físicos, emocionais, psicológicos ou sociais.

¹ Graduanda do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - *Campus* Acopiara - IFCE, antonia.gleiciane05@aluno.ifce.edu.br;

² Graduando do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - *Campus* Acopiara - IFCE, joenir.flor09@aluno.ifce.edu.br;

³ Professor do IFCE - *Campus* Acopiara. Mestre em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, alex.oliveira@ifce.edu.br.

A sexualidade vai muito além do ato sexual, devendo ser compreendida como uma expressão cultural, que varia de acordo com os padrões e regras estabelecidas pela sociedade e com o ambiente que o indivíduo está inserido, ou seja, não é algo estático e imutável. De acordo com os Parâmetros Comuns Curriculares (PCNs) a sexualidade está ligada diretamente na influência de pensamentos, sentimentos, ações e interações, sendo desenvolvida simultaneamente, de forma individual e coletiva. Ela age como uma energia motivadora que influencia na busca pelo amor, pelo contato e pela intimidade, assim como na forma de se expressar, de tocar e ser tocada/o e de sentir.

Estudos voltados à origem da sexualidade vêm sendo construídos desde a antiguidade, com diferentes perspectivas e padrões (ASSIS; SOUZA; BARBOSA, 2021) e, por mais que seja notória sua importância, sendo um processo que nos acompanha desde a fecundação no útero até o envelhecimento do corpo (CERQUEIRA; MENDES, 2023), o assunto está repleto de discussões negativas, provenientes de um contexto histórico religioso e machista, o qual, quando não dialogado, deixa as pessoas suscetíveis ao negacionismo que impede os direitos à liberdade de expressão e à própria sexualidade.

Em tempos atuais, tem-se tornado mais urgente a abordagem de determinados assuntos que antes eram fortemente discriminados e anônimos. Com isso, a necessidade de discutir a temática da sexualidade superou o universo privado, que se limitava apenas ao ambiente familiar e à área da saúde, e se tornou uma questão social, sendo função de toda a sociedade corroborar com esta ação educativa. Por meio disso, o que antes era deixado em segundo plano ultrapassou os muros da escola, tornando função dela o de desenvolver, além de suas atividades básicas, uma consciência crítica, reflexiva e educativa das/os alunas/os, o que tornou

[...] possível discutir a sexualidade nas escolas, assistirmos a debates sobre o tema nos canais de televisão, termos diálogo aberto em consultórios médicos e psicológicos e encontrar essas informações também em livros, jornais, revistas e sites de internet (DOLABELLA; KATAGIRI; BARBOSA, 2011, p. 161).

No entanto, sabe-se que, por mais que existam avanços voltados às discussões dessa temática e sua relevância, tendo a escola “um papel fundamental no que diz respeito à discussão desse tema transversal” (CERQUEIRA; MENDES, 2023, p. 4), ainda se percebe uma resistência que impede sua abordagem de maneira efetiva em sala de aula. Diante desse cenário, concentrando-se na identificação dos obstáculos que

impedem o diálogo desse importante tema, formula-se o seguinte questionamento: quais os desafios identificados na implementação da educação sexual no ambiente escolar?

Segundo Assis, Souza e Barbosa (2021, p.11), um dos pontos negativos na abordagem da educação sexual no contexto escolar é o retrocesso educacional ocasionado pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ao trabalhar o tema sexualidade de forma restringida apenas ao ensino de Ciências, evidenciando-a unicamente a eixos voltados para a área da saúde e da anatomia humana básica, deixando de ser trabalhada de forma ampla e transversal, como propõem os PCNs.

Mendel e Miranda (2023) destacam que a formação deficitária dos professores é outro fator que dificulta a abordagem de questões relacionadas à sexualidade no ambiente escolar. Nesse sentido, torna-se fundamental relacionar a formação docente com a temática da educação sexual, visto que atuam como mediadores de discussões acerca do assunto em sala de aula. É válido destacar que tratar de educação sexual é necessário em todas as faixas etárias, porém:

A adolescência e, em menor grau, a juventude vêm ocupando, nas últimas duas décadas, um lugar de significativa relevância no contexto das grandes inquietações que assolam a comunidade mundial, tanto no campo da educação quanto no da saúde, contribuindo, em especial, a preocupação com problemas que vêm atingindo os jovens de todo o planeta, como: saúde sexual e reprodutiva, a gravidez precoce, o aborto inseguro e as DST e Aids (CASTRO; ABRAMOVAY; SILVA, 2004, p. 32).

Nessa perspectiva, é possível abordar esse assunto no âmbito escolar, tendo em vista que é nele onde esse público alvo passa grande parte de sua vida. Assim, torna-se fundamental trabalhar os vários benefícios que o estudo da sexualidade traz, como o desenvolvimento de uma consciência crítica e autônoma e a promoção da saúde, sendo a educação sexual uma ferramenta essencial para prevenir situações de violência, abuso sexual e gravidez na adolescência, além do fornecimento de informações e orientações importantes para os alunos sobre seu corpo, saúde sexual e prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs).

Vale ressaltar que, apesar do dever do Estado sobre a educação (BRASIL, 1996), isso não anula a função de educar atribuída à família. Nesse sentido, a educação sexual implementada dentro dos muros escolares deve atuar como um vínculo ou mesmo uma ponte estabelecida entre a família, o Estado e as escolas. Dito isso, com a inclusão da educação sexual nas escolas, torna-se possível discutir questões importantes, como apontado pelo documento oficial:

Masturbação, iniciação sexual, o “ficar” e o namoro, homossexualidade, aborto, disfunções sexuais, prostituição e pornografia, dentro de uma perspectiva democrática e pluralista, em muito contribui para o bem-estar das crianças, dos adolescentes e dos jovens na vivência de sua sexualidade atual e futura (BRASIL, 2018).

Assim, partindo de fatores limitantes para a abordagem da sexualidade em sala de aula e sabendo da legitimidade do assunto em documentos educacionais (CERQUEIRA; MENDES, 2023), este estudo teve como objetivo central identificar e analisar quais os principais desafios enfrentados pelos profissionais da educação ao tratar da educação sexual nas escolas, bem como investigar e refletir sobre a importância de sua abordagem quanto à diversidade de valores, crenças e comportamentos relativos à sexualidade. Nosso intuito é o de compreender as possíveis estratégias para superação desses desafios e também os limites da ação pedagógica na implementação da educação sexual, partindo de uma revisão de literatura sobre trabalhos escritos na temática após a homologação da BNCC.

Em suma, espera-se que, a partir da identificação e contextualização dos desafios enfrentados na efetivação da educação sexual no espaço escolar observados em trabalhos pós-BNCC, seja possível fornecer subsídios para uma maior colaboração entre escola, família e sociedade, além de trazer a visibilidade da importância da ação pedagógica preparada para lidar com a temática da sexualidade de forma mais eficaz e inclusiva, promovendo, assim, um espaço mais consciente e respeitoso dentro do ambiente escolar.

METODOLOGIA

O presente artigo se configura como um estudo qualitativo, a partir de uma revisão de literatura. Este tipo de trabalho visa identificar lacunas de conhecimento, tendências e temas emergentes na área de estudo, além de proporcionar uma visão geral de um tema em questão. Seu uso é

[...] imprescindível para a elaboração de um trabalho científico. O pesquisador deve acreditar na sua importância para a qualidade do projeto e da pesquisa e que tudo é aproveitável para os relatórios posteriores. Na elaboração do trabalho científico é preciso ter uma ideia clara do problema a ser resolvido e, para que ocorra esta clareza, a revisão de literatura é fundamental (ECHER, 2001, p. 6).

Desse modo, para realização desta pesquisa, optou-se por uma revisão de literatura em publicações voltadas para a educação sexual, realizadas logo após a

homologação da BNCC, em recortes de 2018 a 2024. A escolha de delimitar o período se deu pelo reconhecimento de sua importância, já que esse documento estabelece as competências e habilidades que devem ser desenvolvidas pelos alunos ao longo de sua trajetória escolar. Como mecanismo de busca, foram utilizadas palavras-chave como “educação sexual”, “BNCC”, “orientação sexual”, “sexualidade”, “gênero”, “adolescência” e “escola”. Assim, foi possível analisar de forma aprofundada como as abordagens pedagógicas e os materiais didáticos desenvolvidos sobre os eixos “educação sexual”, “orientação sexual” e “sexualidade” estão sendo produzidos e aplicados.

Os trabalhos utilizados foram pesquisados nas plataformas *Google Acadêmico* e *SciELO*, uma vez que essas são ferramentas amplamente utilizadas para divulgação de publicações e produções científicas de domínio público, estudos realizados por pesquisadores, docentes e discentes. Dessa forma, é possível obter um panorama mais abrangente e atualizado de pesquisas e debates sobre a sexualidade e educação sexual que são desenvolvidos no espaço acadêmico.

Ao todo, foram selecionados um total de 8 (oito) trabalhos produzidos entre o período de 2018-2024, além de documentos como os PCNs, que abordam a importância da implementação da orientação sexual como tema transversal no contexto escolar, e a BNCC, que delega aos sistemas e às redes de ensino, assim como às escolas, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem dos temas contemporâneos, que afetam a vida humana em escala local, regional e global.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo das obras supracitadas permitiu identificar as dificuldades enfrentadas pelas instituições de ensino na abordagem da sexualidade no processo de desenvolvimento dos estudantes, sendo constatada a presença de uma série de obstáculos, como desinformação, preconceito e discriminação, além da “camuflagem” de temas como orientação sexual, identidade de gênero, homossexualidade, entre outros, que inviabiliza a efetivação da temática de forma ampla e efetiva.

No quadro a seguir, estão listados os títulos dos artigos selecionados, juntamente com seus respectivos autores e anos de publicação:

Quadro 1 — Relação de produções científicas sobre a temática

Título do artigo	Autor(res)	Ano
Educação sexual em escolas brasileiras: revisão sistemática da literatura	Furlanetto <i>et al.</i>	2018
A Base Nacional Comum Curricular e sexualidade: crítica e resistência	Carvalho	2020
Sexualidade na escola: desafios e possibilidades para além dos PCNs e da BNCC	Assis, Souza e Barbosa	2021
Análise da educação brasileira em face ao estudo da sexualidade: marginalização da educação sexual na BNCC	Sartori	2022
Educação sexual nas escolas: uma necessidade urgente	Campos e Miranda	2022
Educação sexual: uma análise sobre legislação e documentos oficiais brasileiros em diferentes contextos políticos	Cassiavillani e Albrecht	2023
Educação sexual nos documentos oficiais: uma breve análise	Cerqueira e Mendes	2023
Formação de professores e educação sexual: O retrato de um curso de licenciatura em Ciências Naturais	Mendel e Miranda	2023

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Ao ler os artigos, percebe-se que muitos autores buscam trabalhar a sexualidade no Brasil partindo dos documentos oficiais. Para Sartori (2022, p. 2), os “documentos normativos instituídos vêm sendo objeto de atualizações constantes e permanentes, visando garantir a melhor política pública de fomento à educação no âmbito nacional”.

Os PCNs se configuram como orientações pedagógicas que buscam nortear o ensino nas escolas no Brasil. De acordo com Cassiavillani e Albrecht (2023, p. 10), “os PCNs são documentos inovadores no que tange à educação sexual, mesmo havendo algumas críticas a serem feitas quanto ao seu conteúdo, tratarem, em alguma medida, da educação sexual para além das questões de saúde e higiene”. Nesse sentido, ao considerarem os assuntos a serem trabalhados no ambiente escolar, os parâmetros buscam auxiliar numa formação mais consciente e crítica dessas questões. Por meio

disso, para nortear os educadores, o volume referente à Orientação Sexual se dispôs em três eixos: 1) “Corpo: Matriz da sexualidade”; 2) “Relações de gênero”; 3) “Prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis/AIDS” (BRASIL, 1998). Mediante essa divisão temática, busca-se englobar todos os segmentos que integram a sexualidade.

A BNCC, por sua vez, é um documento que define os conhecimentos, competências e habilidades essenciais para os discentes ao longo de sua trajetória acadêmica e contempla áreas como Linguagens, Matemática, Ciências Humanas e da Natureza, além de temas contemporâneos transversais como meio ambiente, economia, saúde, cidadania e civismo, multiculturalismo, ciências e tecnologia, dentre outros (BRASIL, 2018). Logo, se apresenta como uma importante ferramenta para a construção de uma educação alinhada com as demandas da sociedade contemporânea, que deve “se organizar para a equidade, tendo em vista o reconhecimento das diferenças e necessidades dos estudantes” (CARVALHO, 2020, p. 94). Ressalta-se que, na Base, os temas contemporâneos transversais são contemplados em habilidades dos componentes curriculares, cabendo aos sistemas de ensino e escolas, de acordo com suas especificidades, tratá-los de forma contextualizada (BRASIL, 2018).

Segundo Carvalho (2020), a partir da perspectiva apresentada pela BNCC, o Estado se esquivava da responsabilidade de tratar a educação sexual, orientação sexual ou gênero como temas destacados e legalmente sustentados, colocando para esferas menores nos currículos, pondo à periferia as diferenças e condicionando-as às habilidades dos componentes curriculares.

Dentre as dificuldades apontadas nos artigos analisados, fica explícito a presença de grande resistência na implantação da educação sexual no âmbito escolar, tendo em vista que este é um tema que ainda causa muita inquietação em alguns grupos sociais, que emanam poder sobre o conjunto da sociedade, como, por exemplo, grupos conservadores, fundamentalistas religiosos e moralizantes (CERQUEIRA; MENDES, 2023). Suas ações fazem com o tema seja visto pela sociedade apenas como um “estímulo” aos jovens e adolescentes à iniciação sexual ou mesmo ao ato sexual, com intuito de inviabilizar a implementação do seguinte tema no contexto social e escolar.

Para Furlanetto *et al.* (2018, p. 17) “A educação sexual e as discussões sobre gênero e identidade não podem ser confundidas com qualquer tipo de doutrinação moral ou ideológica, mas devem estar associadas ao desenvolvimento da cidadania”. No entanto, torna-se visível a influência e o domínio que os grupos conservadores possuem,

pois disseminam valores moralistas e religiosos, dificultando a abordagem da temática nos documentos oficiais e no contexto escolar (CASSIAVILANI; ALBRECHT, 2023; MENDEL; MIRANDA, 2023), fazendo com que seu alcance seja voltado apenas para o controle populacional e para questões higienistas.

Cerqueira e Mendes (2023, p. 5) destacam que “as posições conservadoras e religiosas dificultam e tornam a educação sexual um tema negativo que ameaça os ‘bons modos’.” Tal fato minimiza a importância de outras questões serem trabalhadas no tocante à sexualidade, fazendo com que os direitos à liberdade de ideias, pensamentos e de expressão, como estabelece os Direitos Humanos, sejam negados (ONU, 1948). Nesse viés, um dos passos para tratar da temática é

[...] realizar a desconstrução de concepções culturais, sociais e religiosas. É preciso compreendê-la como uma característica existente e fisiológica do ser humano. A escola como ambiente de socialização requer preparação e formação para lidar com todas essas questões, proporcionando o desenvolvimento do indivíduo de maneira positiva, sendo função do/a professor/a mediar discussões pertinentes ao tema (SARTORI, 2022, p. 3).

Assim, para que se tenha uma desconstrução dessas concepções e o fortalecimento de práticas inclusivas, é imprescindível que haja avanço na implementação da educação sexual nas escolas, garantindo, desta maneira, a criação de redes de informações e apoio ao pleno exercício dos direitos à liberdade sexual e reprodutiva de crianças, adolescentes e jovens.

Outro problema encontrado e discutido pelos artigos analisados é a ausência de uma formação inicial e continuada aos profissionais de ensino. Quando a sexualidade é abordada, têm-se muitas vezes “uma visão reducionista, que restringe seu campo de atuação, às questões estritamente sexuais e de reprodução” (MENDEL; MIRANDA, 2023, p. 228), como, por exemplo, a educação fornecida por educadores que, ao se referir a temas considerados polêmicos, referentes ao corpo humano, assim o abordam de forma preconceituosa e, às vezes, inadequada (ASSIS; SOUZA; BARBOSA, 2021).

Nessa ótica, para que o tema seja abordado de forma adequada e contribua na redução da “violência sexual, além da gravidez na adolescência, com efeitos sobre a evasão escolar, e abortos e da ocorrência de IST” (CAMPOS; MIRANDA, 2022, p. 121), é preciso “[...] que os professores estejam capacitados e sintam-se confortáveis para abordar temas delicados, como aqueles relacionados à Educação Sexual de crianças e adolescentes” (MENDEL; MIRANDA, 2023, p. 217).

A partir da qualificação dos docentes na área, é possível estender essa formação para além da sala de aula, englobando todos os segmentos que fazem parte da instituição, como gestores, funcionários, pais e alunos, assim como a comunidade externa, em geral. Por meio disso, promove-se, destarte, uma sociedade consciente, que possua uma visão ampla e clara da relevância e da influência que o assunto tem para a vida atual e futura de seus filhos, ademais de promover um ambiente familiar onde exista comunicação e diálogo e que dê orientação e suporte de forma saudável sobre sexualidade e seus temas conexos, como gênero, diversidade sexual, saúde e mesmo segurança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da criação de documentos oficiais como os PCNs e a BNCC, a sexualidade ainda é abordada de forma limitada socialmente, assim como no ambiente escolar. Isso se dá devido aos tabus e preconceitos instaurados na sociedade, que foram sendo perpetuados culturalmente, desde os tempos antigos até a atualidade. Além disso, a sexualidade é vista apenas como estímulo ao ato sexual, o que influencia na desinformação e no tabuísmo voltado ao assunto.

Outro fator que corrobora para tal é o retrocesso apresentado nos documentos oficiais, especialmente na BNCC. Quando se trata da inclusão da sexualidade nas diretrizes curriculares, sua atuação se restringe apenas a conceitos básicos, deixando de abordar assuntos importantes que circulam na sociedade atualmente, o que faz com que dúvidas e questionamentos não sejam respondidos e se tornem acumulados ao longo da vida, como estigmas e preconceitos que se perpetuam nos indivíduos.

As mudanças adquiridas no mundo moderno provocaram uma explosão de novas ideias, sonhos e formas de viver a vida, fato que não pode ser negado. Esses fatores impactam, também, de forma positiva ou negativa, na sexualidade das pessoas. Nesse sentido, percebe-se que

[...] há uma maior liberdade em expressar a sexualidade hoje, principalmente no que diz respeito a namoros, a “ficadas” e ao sexo antes do casamento. Os relacionamentos também se diferenciam, por exemplo, o casamento era tido como uma aspiração por parte dos jovens, posteriormente passou-se a dar maior destaque à liberdade sexual no namoro (ASSIS; SOUZA; BARBOSA, 2021).

O desejo de vivenciar “novas experiências” causa muito medo em pessoas conservadoras. No entanto, isso não anula a importância de se trabalhar esse tema dentro de ambientes sociais de forma saudável. É notória a importância da abordagem desse tema nos dias atuais, de forma ampla e transversal, em todos os segmentos sociais, na tentativa de sanar as dúvidas e questionamentos existentes.

O estudo social da sexualidade e de seus demais eixos, outrossim, são essenciais no controle de doenças sexualmente transmissíveis, taxa de natalidade e controle populacional, além de colaborar na diminuição de casos como estupros e assédios sexuais a crianças e adolescentes, casos de gravidez precoce etc. Esses são problemas sociais que causam muita inquietação em toda a sociedade, mundialmente.

Nesse viés, vale ressaltar a importância de uma sociedade formada e informada em temas tão importantes, tendo em vista que a temática da sexualidade estará presente em todas as fases ao longo das vidas das pessoas. Por isso, a sexualidade, quando comparada a outros temas sociais, não pode ser deixada de lado, tendo em vista tamanha relevância.

As análises realizadas nos artigos citados enfatizam a necessidade de estudos aprofundados nesta temática, tendo em vista a urgência que o assunto traz, e realçam a necessidade e a importância da criação e da aplicação de leis e projetos imediatos, que viabilizem de forma definitiva a implantação da educação sexual no âmbito escolar.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Greice Ayra Franco; SOUZA, Ediane Eduão Ferreira de; BARBOSA, Adriana Gonçalves. Sexualidade na escola: desafios e possibilidades para além dos PCNS e da BNCC. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 7, n. 2, fev. 2021. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/24374/19474>. Acesso em: 17 maio 2024.

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 27833, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 17 maio 2024.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: temas transversais: orientação sexual**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

CARVALHO, Mateus Testoni. A Base Nacional Comum Curricular e sexualidade: crítica e resistência. **Pesquisar**, Florianópolis, v. 7, n. 13, Ed. especial, p. 89-100, jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/pesquisar/article/view/74858/43659>. Acesso em: 17 maio 2024.

CASSIAVILLANI, Thiene Pelosi; ALBRECHT, Mirian Pacheco Silva. Educação sexual: uma análise sobre legislação e documentos oficiais brasileiros em diferentes contextos políticos. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 39, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/ZbGGgt6VvqkKxjLGgcZRScv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 maio 2024.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam; SILVA, Lorena Bernadete. **Juventudes e sexualidade**. Brasília: UNESCO Brasil, 2004. Disponível em: https://www.cepac.org.br/agentesdacidadania/wp-content/uploads/2014/04/Unesco_juventudes_sexualidade.pdf. Acesso em: 12 maio. 2024.

CERQUEIRA, Cristiane de Oliveira; MENDES, Maricleide Pereira de Lima. Educação sexual nos documentos oficiais: uma breve análise. **Educação em Foco**, v. 26, n. 49, mai./jun. 2023. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/educacaoemfoco/article/view/6998/4678>. Acesso em: 17 maio 2024.

DOLABELLA, Silvio Santana; KATAGIRI, Satie; BARBOSA, Luciene. **Introdução à Saúde**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, CESAD, 2011. Disponível em: https://cesad.ufs.br/ORBI/public/uploadCatalogo/16594916022012Introducao_a_saude_Aula_8.pdf. Acesso em: 30 abr. 2024.

ECHER, Isabel Cristina. A revisão de literatura na construção do trabalho científico. **Revista gaúcha de enfermagem**. Porto Alegre. Vol. 22, n. 2 (jul. 2001), p. 5-20, 2001. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/23470>. Acesso em: 17 maio 2024.

FURLANETTO, Milene Fontana *et al.* Educação sexual em escolas brasileiras: revisão sistemática da literatura. **Cadernos de Pesquisa**, [S. l.], v. 48, n. 168, p. 550–571, abr./jun. 2018. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/5084/pdf>. Acesso em: 17 maio 2024.

MENDEL, Ana Paula Cler; MIRANDA, Jean Carlos. Formação de professores e educação sexual: o retrato de um curso de licenciatura em ciências naturais. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 13, n. 38, p. 216-248, 2023. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/939>. Acesso em: 19 maio 2024.

MIRANDA, Jean Carlos; CAMPOS, Isabela do Couto. Educação sexual nas escolas: uma necessidade urgente. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 12, n. 34, p. 108–126, 2022. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/732>. Acesso em: 18 maio 2024.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 20 jan. 2021

SARTORI, Thiago Luiz. Análise da educação brasileira em face ao estudo da sexualidade: Marginalização da educação sexual na BNCC. **DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação**, Araraquara, v. 23, n. 00, jan./dez. 2022. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/doxa/article/view/15558>. Acesso em: 12 maio 2024.